Sumário

Prefácio xvii
Marco Aurélio Mello

Apresentação xix

Do Autor ao Leitor xxiii

O Autor e sua Obra xxv

Capítulo I – Mandado de Segurança 1
1. Introdução 1
   1.1. Origem e evolução do Mandado de Segurança 1
   1.2. O Mandado de Segurança nas Constituições Brasileiras 3
   1.3. Disciplina infraconstitucional do Mandado de Segurança 4
2. Natureza Jurídica 4
   2.1. Ações constitucionais 4
   2.2. Do Mandado de Segurança como ação constitucional típica de natureza cognitiva 6
3. Os contornos do Mandado de Segurança na Constituição de 1988 7
   3.1. Conceito e finalidade 7
   3.2. Espécies 7
   3.3. Cabimento 9
4. Os requisitos do Mandado de Segurança 13
   4.1. Ato de autoridade 13
   4.2. Direito líquido e certo 15
   4.3. Ilegalidade ou abuso de poder 17
5. Aspectos Processuais 18
   5.1. Competência 18
   5.2. Prazo para a impetração 22
   5.3. Sujeitos Processuais 25
      5.3.1. Legitimação Ativa 25
      5.3.2. Legitimação Passiva 28
      5.3.3. Autoridade Coatora 31
      5.3.4. Litisconsórcio 35
      5.3.5. A atuação do Ministério Público 38
   5.4. Petição Inicial 41
   5.5. Informações: requisitos e natureza jurídica 43
   5.6. Intervenção de Terceiros 45

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.7. Liminar 47
5.8. Sentença e Execução 52
5.9. Suspensão de segurança 55
5.10. Recursos e Reexame Necessário 58

Capítulo II – Ações de Controle de Constitucionalidade 75
1. Breves considerações sobre o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade 75
1.1. O controle difuso de constitucionalidade – rápida digressão 75
1.2. Linhas gerais sobre o controle concentrado de constitucionalidade 77
2. Objeto do controle concentrado de constitucionalidade 78
3. Parâmetro 81
4. Ações de controle de constitucionalidade: aspectos processuais comuns 82
4.1. Legitimação 82
4.2. A vedação à intervenção de terceiros no processo objetivo e a figura do *amicus curiae* 85
4.3. Competência 87
4.4. Procedimento 88
4.5. Medida Cautelar 91
4.6. Decisão de Mérito 94
4.6.1. A coisa julgada 94
4.6.2. Efeitos da Decisão de Mérito 96
4.6.3. Técnicas de decisão 98
5. Ações Constitucionais Objetivas em espécie 98
5.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade 98
5.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade 100
5.3. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 101

Capítulo III – *Habeas Data* 113
1. Introdução 113
2. Os contornos do habeas data na Constituição de 1988 114
3. Disciplina infraconstitucional do Habeas Data 114
4. Natureza Jurídica 115
5. Cabimento 115
6. Aspectos Processuais 121
6.1. Competência 121
6.2. Prazo para a impetração 122
6.3. Sujeitos Processuais 122
6.4. Do prévio requerimento extrajudicial 125
6.5. Petição Inicial 127
6.6. Informações 129
6.7. Liminar 130
6.8. Sentença e Execução 131
6.9. Suspensão de segurança 132
6.10. Recursos 132

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

Capítulo IV – Ação Civil Pública 141
1. Noções gerais 141
2. Legitimidade, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros 144
3. Competência 146
4. Procedimento 149
5. Recursos Cabíveis e Outros Meios de Impugnação 151
6. Coisa Julgada 153
7. Execução 157
8. Sucumbência e Litigância de Má-fé 157
9. Ação Civil Pública e Controle de Constitucionalidade 158

Capítulo V – Ação Popular 171
1. Noções gerais 171
2. Hipóteses de Cabimento 173
3. Legitimidade, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros 175
4. Competência 178
5. Procedimento 182
6. Recursos Cabíveis e Outros Meios de Impugnação 187
7. Coisa Julgada e Ação Rescisória 188
8. Execução ou Cumprimento da Sentença 189

Capítulo VI – Reclamação Constitucional 201
1. Noções gerais 201
2. Natureza Jurídica 202
3. Legitimidade, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros 206
4. Competência 208
5. Hipóteses de Cabimento 209
   5.1. Reclamação para Preservação da Competência do STF ou do STJ 209
   5.2. Reclamação para Garantir a Autoridade de Decisão do STF ou do STJ 211
6. Procedimento 215
7. Recursos Cabíveis e Outros Meios de Impugnação 216

Capítulo VII – Ação de Improbidade Administrativa 223
1. Aspectos de Direito Material 223
2. Ação de Improbidade Administrativa e Ação Civil Pública 229
3. Legitimidade, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros 231
4. Competência 232
5. Procedimento de Improbidade Administrativa 235
   5.1. Procedimento Administrativo 235
   5.2. Procedimento Judicial 236
6. Recursos Cabíveis 239
7. Prescrição 239

Índice Alfabético de Assuntos 251

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br